



Assembleias devem aprovar paralisação contra desmonte do Banco do Brasil



Protestos no Dia Nacional de Luta agitam agências e denunciaram governo pelo desmonte do Banco do Brasil

Os funcionários do Banco do Brasil de todo o país têm um importante compromisso esta semana: participar das assembleias para aprovar a greve nacional de 24 horas contra o plano de desmonte do BB, a ser realizada na próxima sexta-feira, 29 de janeiro. A assembleia do Rio de Janeiro, como a de São Paulo, acontece nesta terça-feira (26/1). A do Rio será a partir das 18h, pelo Zoom. Para participar, basta acessar o link <https://pt.surveymonkey.com/r/VD9522S>. e se inscrever para a assembleia. Os inscritos receberão o link da reunião por e-mail. Com a greve de 24 horas, os funcionários do BB aumentam a pressão contra o desmonte. Estão em estado de greve e numa mobilização crescente. Promoveram um Dia de Luto, em 15 de janeiro, e um Dia Nacional de Luta com manifestações nos estados no último dia 21. O calendário segue a orientação da Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB) que indicou, também, a aprovação da paralisação de 24 horas. Não está afastada a possibilidade de uma greve por tempo indeterminado, caso o governo e a direção do banco mantenham o desmonte e a recusa em negociar. Já haviam aprovado a greve de 24 horas, entre outros, Brasília, Curitiba, Pernambuco, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e 23 do estado de São Paulo, entre eles, os de Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba, Santos, São José do Rio Preto e São José dos Campos.

A chamada 'reestruturação' é extremamente perversa. Prevê mais de 5 mil demissões, corte salarial em todos os níveis, fechamento de 400 agências e transformação de outras 300 em pequenos postos de atendimento, ocasionando perda de funções. Para que se tenha uma ideia do arrocho dos salários, grande parte dos R\$ 350 milhões de 'economia' que o governo pretende gerar, vem do corte da massa salarial. Na verdade, não haverá economia, mas perda de recursos com a redução do tamanho do banco público.

Bolsonaro beneficia privados

Os únicos beneficiados serão os bancos privados nacionais e estrangeiros concorrentes. Com o desmonte, de imediato, poderão ampliar seus negócios e, a médio prazo, adquirir um BB com a estrutura bem mais enxuta. Sem um de seus mais importantes bancos, o Brasil perde um importante organismo de fomento de sua economia, aumentando a sua dependência dos países centrais, principalmente dos Estados Unidos, objetivo principal do governo federal. O plano de Jair Bolsonaro, André Brandão e Paulo Guedes, foi anunciado dia 11 último. Pretende impor uma drástica redução da estrutura do BB, em plena pandemia do novo coronavírus, quando mais o país precisa do banco público para atender à população e financiar a retomada do crescimento econômico.

MOMENTO É DECISIVO

“O momento para reverter o desmonte é este. Temos que demonstrar, de maneira firme, a nossa disposição de defender nossos empregos, nossos salários e o próprio banco deste ataque perverso que prepara a privatização”, afirmou Rita Mota, da Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB) e diretora do Sindicato. Acrescentou que o impacto sobre o funcionalismo é muito grande, tanto

pela redução dos postos de trabalho em plena crise, quanto pela brutal queda na remuneração dos que ficarem.

“O contexto exige ação para fazer com que a direção do BB abra negociação e recue do corte de pessoal e dos salários”, disse, lembrando que os caixas perderão 1/3 da remuneração, mas não serão os únicos. “O plano atinge a todos”, frisou.

Em outras frentes, os sindicatos e entidades estaduais e nacionais dos bancários vão ampliar os contatos com parlamentares e entidades de diversos segmentos da sociedade, para mostrar o que significa esse ataque ao Banco do Brasil e buscar apoio. O BB é um dos maiores financiadores da agricultura. Em inúmeros municípios é o único banco presente. É um importante instrumento de política financeira e creditícia, fundamental para a retomada do crescimento e geração de emprego e renda. Será ainda reforçado o contato com outros setores atingidos pelos planos de desmonte e privatização do governo, como servidores públicos, petroleiros, trabalhadores dos Correios, Eletrobras e também de empresas públicas estaduais, como a Cedae. E busca articulação com as centrais sindicais, como a CUT, CTB, Conlutas e outros movimentos de trabalhadores.

Edital de Assembleia Extraordinária Específica

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro, com CNPJ sob o nº 33.094.269/0001-33, situado na Av. Presidente Vargas 502/16º, 17º, 20º, 21º e 22º, andares Centro, Rio de Janeiro, por sua Presidenta abaixo assinada, nos termos de seu Estatuto, CONVOCA todos os empregados do Banco do Brasil S/A, sócios ou não sócios, que atuem na base territorial deste sindicato, para se reunirem em Assembleia Extraordinária Específica que se realizará de forma remota/virtual no dia 26 de janeiro de 2021, com primeira convocação às 18h e segunda e última convocação às 18h30, através da plataforma Zoom, na forma disposta no site www.bancariosrio.org.br (página oficial do Sindicato na Internet), onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para deliberação acerca da seguinte pauta: Discussão e deliberação sobre a proposta de paralisação por prazo determinado a partir das 00h até as 23h59 do dia 29 de janeiro de 2021.

Rio de Janeiro,
22 de janeiro de 2021

Adriana da Silva Nalesso
Presidenta

Cipa do Itaú da Barroso

A inscrição para a eleição dos representantes dos bancários do Itaú da Avenida Almirante Barroso na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) acontecerá de 5 a 22 de fevereiro. Fique atento. A divulgação dos inscritos será dia 26 daquele mês e a eleição de 10 a 12 de março. A apuração vai ser feita no final do segundo dia de votação e a posse dos eleitos, em 20 de março.

COE propõe ao Itaú prazo maior para compensar horas negativas

A negociação virtual com o Itaú, no último dia 20, teve como foco o chamado acordo do banco de horas negativas. Fechado em maio de 2020, garante direitos aos afastados ou em regime de rodízio nas agências, por conta da pandemia do coronavírus. O problema está no alto índice de bancários com mais de 400 horas negativas. Desta forma não seria possível cumprir o acordo de compensação no período de 12 meses.

A COE propôs aumento do período de compensação para 18 meses, com início em março e a revisão do acordo a cada três meses. Reivindicou ainda a possibilidade de inclusão de uma cláusula de prorrogação deste período por mais seis meses, caso os trabalhadores não estejam conseguindo zerar os seus bancos. Izabel Menezes, da COE e diretora do Sindicato, lembrou que a maioria das pessoas que estão no banco de horas negativas é do grupo de risco e está procurando preservar a sua vida.

“Nosso principal objetivo é garantir que as pessoas possam fazer a compensação sem atingir negativamente sua saúde e sua vida. Esperamos que o banco tenha sensibilidade para isto”, afirmou Izabel.

A COE questionou, também, como ficarão os casos de bancárias em licença maternidade e os que estão afastados por acidente de traba-

Diretora do Sindicato e da COE, Izabel Menezes, no Dia de Luta do Banco do Brasil



lho e não conseguirem zerar suas horas negativas. O Itaú ficou de avaliar a proposta e retornar sobre os questionamentos. Antes disso, reafirmou a cláusula que diz que se houver desligamento por iniciativa do banco essas horas não serão descontadas.

ATESTADO E PCR

O prazo para apresentação de atestados médicos para os que estão afastados por fazer parte do grupo de risco vai até 29 de janeiro. Devido à demora no debate sobre banco de horas, as negociações relacionadas ao Programa Complementar de Resultados (PCR) e ao Programa Bolsa Auxílio Educação 2021, foi transferida para uma próxima rodada. A COE pediu urgência neste agenda-

mento, para resolver as questões antes que a nova direção assumira seus postos, no início de fevereiro.

O Itaú aceitou e prometeu apresentar um programa interno de treinamento de requalificação, como ampliação ao programa de Bolsas, que será estendido aos dependentes. O banco informou sobre o novo modelo de agências. Um projeto piloto começará por duas regionais: Guarulhos (SP) e São João do Meriti (RJ). Essas regiões foram escolhidas por contarem com agências de todos os portes. Informou ainda que haverá fusão das áreas comercial e operacional. Argumentou que o projeto não reduzirá o número de funcionários, mas vai ‘organizá-los melhor’, com ‘uma ressignificação’ dos cargos de gestão.

Justiça: Bradesco firmou compromisso e não pode demitir na pandemia

Em mais duas decisões, uma de 13 e outra de 14 de janeiro, a Justiça mandou o Bradesco respeitar o compromisso assumido publicamente com o Comando Nacional dos Bancários de não demitir durante a pandemia do novo coronavírus. Ambas foram elaboradas pela advogada do Jurídico do Sindicato, Manuela Martins de Sousa. Na primeira, a juíza Mônica de Amorim Torres Brandão, da 35ª Vara do Trabalho, determinou a reintegração de José de Arimateia Pereira e puxou a orelha da diretoria do banco, observando que “a ré efetivamente assumiu o compromisso de não dispensar empregados enquanto a pandemia da covid 19 permanecesse”.

Acrescentou que não há como alegar que compromissos não gerariam obrigações legais, entendendo que, “em juízo de verossimilhança, tal compromisso público da ré inseriu cláusula mais benéfica ao contrato do reclamante, devendo ser observada, nos termos do artigo 7º, caput da

Constituição”. E fez uma crítica à altura da quebra do acordo que passou a ter força de lei: “Destaco ainda que em termos obrigacionais, a reclamada deveria se ater ao princípio da boa-fé objetiva, conforme artigo 422 do Código Civil. E uma das emanções de tal princípio é não agir de forma contraditória. Não deveria a ré criar expectativas em manter o contrato de trabalho para em seguida alterar sua conduta e quebrar a confiança da outra parte, dispensando-a”.

COMPROMISSO

Na segunda decisão, a desembargadora federal do Trabalho, Giselle Bondim Lopes Ribeiro, também considerando o descumprimento do compromisso e por este ter valor legal, cassou a resolução tomada pela 60ª Vara do Trabalho que recusou o pedido de reintegração feito pela bancária Rosemary Clemente Magalhães, demitida na pandemia. O juiz da Vara

do Trabalho alegou insuficiência de provas.

A desembargadora registrou que o banco assumiu espontaneamente um compromisso público, divulgado pela imprensa, de que não promoveria dispensas sem justa causa durante a crise provocada pela pandemia de covid-19. “A informação sobre a suspensão de dispensas foi reforçada no relatório de capital humano, pela adesão ao movimento #NãoDemita”, lembrou.

Frisou que a pandemia ainda está longe de um desfecho e que as autoridades criaram uma série de mecanismos para proteger empresas e postos de trabalho, inclusive possibilitando aos empregadores o não pagamento ou a redução de vários tributos, com estes intuitos. E lembrou que os bancos foram menos afetados do que a maioria das pessoas jurídicas, em razão de diversas medidas implementadas pelo Poder Executivo, como injeção de recursos superiores a um trilhão de reais para oferecimento de empréstimos.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502/17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor Interino:** Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves -

Ilustração: Mariano - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 0

Em todo o país, carreatas protestam contra Bolsonaro

Aumenta a cada dia a revolta contra o descaso com que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) trata a pandemia do novo coronavírus e contra o agravamento da crise econômica. O fato vem sendo registrado pelas pesquisas de opinião e expressado pelo crescimento significativo do número de mensagens exigindo o fim do seu governo nas redes sociais e as mobilizações de rua, como as carreatas de sábado em todo o país pela vacinação imediata contra o coronavírus, em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo Fora Bolsonaro.

As manifestações exigiram o impeachment de Bolsonaro, principalmente por negar a gravidade da covid-19, recusar-se a coordenar nacionalmente o combate à doença, boicotar o isolamento social e a não tratar a vacinação como prioridade. A carreata do Rio de Janeiro (capital) começou pela manhã, na Avenida Presidente Vargas, próximo ao monumento em homenagem a Zumbi dos Palmares. Um carro de som foi seguido por todo o trajeto por carros, motos e bicicletas. Uma faixa inteira (seis pistas) chegou



Passeata do Rio de Janeiro foi do Centro à Zona Norte.

a ser interditada. A manifestação seguiu em direção à Zona Norte.

Listamos aqui algumas carreatas, priorizando as capitais e grandes cidades.

A carreata de São Paulo teve início na Assembleia Legislativa (Alesp), de onde seguiu até à Praça Franklin Roosevelt. No Recife (PE), a carreata foi pela manhã, da Fábrica Tacaruna até a Avenida Agamenon Magalhães. Em Fortaleza (CE), foi da Praia de Irace-

ma, passando por várias ruas da cidade. Em Curitiba (PR), a carreata aconteceu à tarde, a partir da Praça Nossa Senhora de Saleta.

Houve grandes carreatas, ainda, em Belo Horizonte (a maior de todas), Brasília (da Funarte à Esplanada dos Ministérios, ocupando parte do Eixo Monumental), além de Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS), Belém (PA), Teresina (PI), Salvador (BA), João Pessoa (PB), Aracaju (SE),

Porto Velho (RO), Maceió (AL), Rio Branco (AC), Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), Piracicaba (SP), Presidente Prudente (SP), Mogi das Cruzes (SP), São José do Rio Preto (SP), Uberlândia (MG), Uberaba (MG), Montes Claros (MG), Varginha (MG), Boa Vista (RR), Goiânia (GO), Vitória (ES), Campo Grande (MT), São Luís (MA), Sorocaba (SP), Divinópolis (MG) e Palmas (TO).

Mídia empresarial reduz importância das manifestações



Em todas principais cidades as carreatas agitaram as ruas. Na foto, a de Maceió (AL).

A mídia empresarial, no entanto, fiadora da política econômica de redução do setor público – voltado ao atendimento da população e o desenvolvimento econômico e social do país – deixou de dar a devida importância às carreatas de sábado último na maioria dos estados. Nas matérias, o espaço maior foi reservado a críticas merecidas ao subordinado de Bolsonaro, o ministro da Saúde, general Eduardo Pazuelo.

A mídia deu bastante destaque

ao papel do ministro na crise humanitária que matou milhares de pessoas em Manaus, mas deixou de responsabilizar, também, o presidente. Segundo analistas políticos, parecia um enredo para, se a pressão aumentar, Bolsonaro poder substituir o ministro-general para refrear o crescente repúdio ao seu governo.

CRISE AUMENTA

Mas, ao mesmo tempo, segundo

os analistas, as carreatas mostraram que, mesmo deixando de dar a devida importância às manifestações que ocorreram nacionalmente, e que devem ser apenas o início de uma série de mobilizações exigindo o fim do governo, a mídia empresarial não pôde deixar de registrar o fato. E será forçada, com a ampliação deste movimento, como sempre acontece, a abrir espaço em sua cobertura jornalística à exigência do impeachment.

A respeito do assunto, cabe registrar que há 56 pedidos de instauração de processo de impeachment contra Bolsonaro aguardando serem analisados pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Muitos deles, relacionados a crime de responsabilidade pelo genocídio causado pela covid-19 e pelo qual, segundo os pedidos de impeachment, teria responsabilidade também o presidente, pela recusa em tomar medidas de combate à doença.

Dancin'Nights fará nova live no auditório do Sindicato

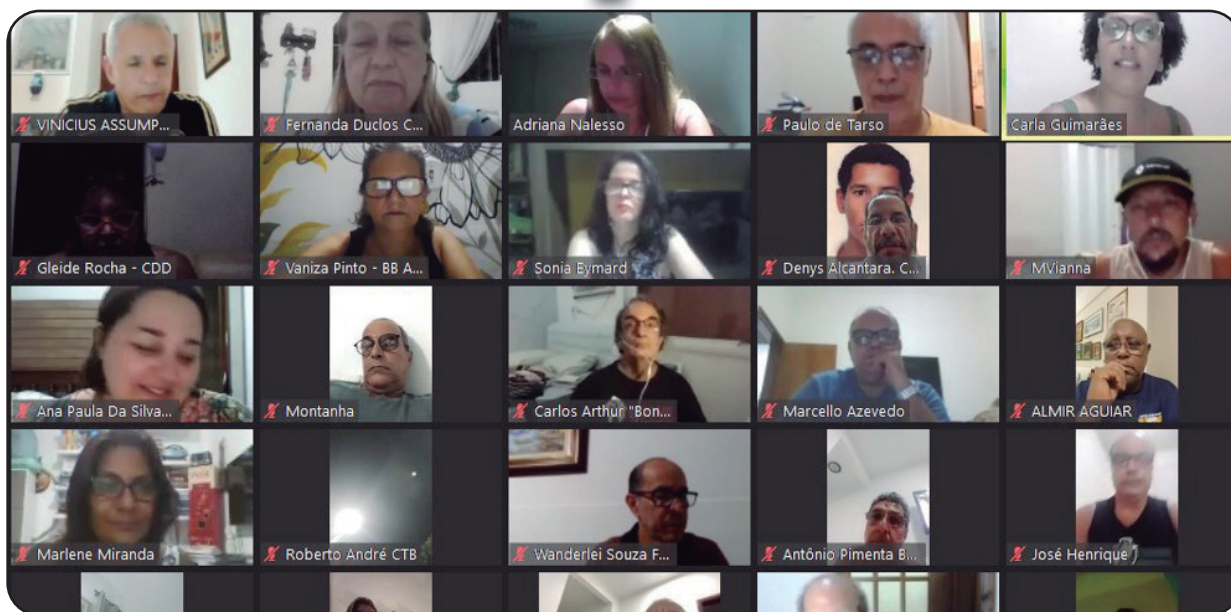
Não há nada que seja bom, que não possa ficar ainda melhor. Após o sucesso da última live, a banda mais dançante do Brasil, a Dancin'Nights, está de volta ao auditório do Sindicato dos Bancários. Como sempre, ninguém vai ficar parado. O horário será divulgado em breve. Você assiste ao show de onde estiver.

Só que dessa vez teremos uma participação mais que especial: Rodrigo Suricato. O cantor e guitarrista do Barão Vermelho promete um bloco de Pop Rock repleto de clássicos, não apenas do Barão. Dia 5 de fevereiro teremos uma live que balançará conexões intermédicas e cerebrais. Não perca.

ELEIÇÃO DO SINDICATO

É unânime a defesa de uma chapa de unidade para resistir aos ataques de Bolsonaro

Foto: Nando Neves



Foi consenso na assembleia a participação do Sindicato na campanha Fora Bolsonaro

Na assembleia que deu início ao processo de eleição da nova diretoria do Sindicato, na noite desta segunda-feira (25/1), foi unânime a visão de que é necessária a formação de uma chapa de unidade. Na avaliação defendida pelos representantes de todas as forças políticas, este entendimento é necessário para fortalecer a entidade sindical de modo a organizar a luta para resistir aos ataques do governo Bolsonaro aos direitos dos bancários e demais trabalhadores, à democracia e à vida da população, sobretudo neste momento em que o presidente insiste em negar a gravidade da pandemia do novo coronavírus o que vem resultando num verdadeiro genocídio no Brasil.

A formação de uma chapa única é uma decisão histórica, tomada em situações de extrema adversidade, como a que os trabalhadores atravessam agora. Já havia acontecido em 1997, na gestão da então presidenta do Sindicato, Fernanda Carísio, que foi até 2000, passando pelas gestões de José Ferreira e pelo primeiro mandato de Vinícius Assumpção como presidente, que terminou em 2006.

FORA BOLSONARO

Além de defender as negociações da chapa de unidade, a presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso, fez uma avaliação do atual momento de extrema dificuldade no país, com um governo

fascista, racista, homofóbico, machista, que defende a tortura e a volta da ditadura, ao mesmo tempo em que age em nome dos bancos e demais patrões, retirando direitos trabalhistas e previdenciários. Para a dirigente, o Sindicato deve participar ativamente de uma campanha nacional pelo afastamento de Jair Bolsonaro da Presidência.

“O país não pode tolerar mais um governo desqualificado que, além disto tudo, ainda brinca com a vida da população brasilei-

ra, recusando-se a tomar as medidas necessárias para combater a pandemia do novo coronavírus, comportamento que gerou esta tragédia que vivemos no nosso país, com mais de 216 mil mortos e mais de oito milhões de contaminados”, afirmou.

BOLSONARO PARTICIPOU DO GOLPE

Fez questão de frisar que a situação começou a se inverter no país a partir do golpe que, em

2016, derrubou a presidenta Dilma Rousseff (PT). “Com Michel Temer, um dos golpistas, tomando o poder naquele ano, foi dado início a um outro projeto que era o oposto do que se via até então. Temer impôs uma reforma que esfacelou direitos trabalhistas, liberou a terceirização de maneira indiscriminada, permitindo todo o tipo de contratação precarizada, além de inviabilizar a prestação de serviços públicos à população, ao aprovar o teto de gastos, que, na prática, reduziu os recursos das áreas sociais, como a saúde, a educação e o saneamento básico”, lembrou.

Destacou que Bolsonaro integrou o golpe, aprofundando com a sua eleição os ataques aos direitos previdenciários e trabalhistas, o desmonte dos serviços do setor público e das estatais. “A reforma da Previdência na prática impediu que o trabalhador se aposentasse. Vemos o Estado brasileiro sendo desmantelado, tendo consequências graves para toda a população que fica desassistida, o que acontece também na Caixa Econômica Federal e agora no Banco do Brasil que está para ser atingido por um plano de desmonte, que prevê fechar mais de 300 agências e 5 mil postos de trabalho, com cortes de salários e em plena pandemia”, argumentou.

Regimento e Comissão Eleitoral eleitos por consenso

A unidade entre as forças possibilitou o lançamento e eleição de uma única chapa com os nomes dos participantes da Comissão Eleitoral que dirigirá todo o pleito. Dela fazem parte os bancários Fernanda Duclos Carísio, Leonice Tânia Pereira, Vaniza Schuch Pinto, Murilo da Silva e Paulo de Tarso Ferreira

O mesmo aconteceu com o chamado regimento interno, que estipula todas as regras da eleição. Como parte do regimento, a votação acontecerá, de forma virtual, através do site do Sindicato, de 12 a 15 de abril, em primeiro escrutínio. Caso não alcance o quórum mínimo de 50% mais um de votantes, será feito um segundo escrutínio, de 19 a 22 de abril, com



um quórum mais baixo.

MOÇÕES

A assembleia aprovou duas moções. A primeira em repúdio ao desmonte do Banco do Brasil e contra o ataque que o mesmo faz a organização sindical, ao impor a remoção de delegados sindicais

do seu local de trabalho, em desrespeito à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e à Convenção Coletiva de Trabalho. A segunda moção foi em apoio ao movimento #VacinaJá, composto por diversas entidades da sociedade civil organizada e quem vem exigindo a imediata vacinação de toda a população brasileira.